

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 212.610 - SP (2012/0161703-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : DANILO DE AMO ARANTES**  
**ADVOGADO : VALTER DIAS PRADO E OUTRO(S) - SP236505**  
**AGRAVADO : ARANTES ALIMENTOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)**  
**ADVOGADO : PAULO CEZAR SIMÕES CALHEIROS E OUTRO(S) - SP242665**  
**INTERES. : BANCO SANTANDER BRASIL S/A**  
**ADVOGADO : FABIO ROSAS E OUTRO(S) - SP131524**  
**INTERES. : ADERBAL LUÍS ARANTES JÚNIOR**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo nos próprios autos visando à reforma de decisão de admissibilidade negativa de recurso especial, interposto com fundamento na Constituição Federal, art. 105, inciso III, alínea "a", em face de acórdão assim ementado (fls. 2.531):

DECISÃO JUDICIAL - FUNDAMENTAÇÃO - SUFICIENTE MOTIVAÇÃO - NULIDADE INOCORRENTE - RECURSO IMPROVIDO.

CERCEAMENTO DE DEFESA - DEVIDO PROCESSO LEGAL - PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - VALIDADE DE ATOS QUE CUMPRAM SUA FINALIDADE ESSENCIAL - NULIDADE INOCORRENTE - RECURSO IMPROVIDO.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL - DESTITUIÇÃO DE SÓCIO ADMINISTRADOR - INFORMAÇÕES SOLICITADAS NÃO PRESTADAS, DIFICULTANDO-SE O EXERCÍCIO DA FISCALIZAÇÃO - CABIMENTO DA MEDIDA, COM DESIGNAÇÃO DE ASSEMBLÉIA PARA ELEIÇÃO DE GESTOR - RECURSO IMPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 2.558/2.561.

No especial, Danilo de Amo Arantes sustenta a violação dos arts. 5º, incisos LIV e LV, e 93, inciso IX, da Constituição Federal; 165, 213, 234, 458 e 535 do Código de Processo Civil de 1973; e 64 e inciso V, da Lei 11.101/2005, a pretexto, primeiramente, de que o julgado é nulo por não haver sanado os vícios apontados nos embargos de declaração, de modo que carece de fundamentação apta à manutenção do decisório originalmente agravado.

Adiciona, no mérito, que a destituição do gestor da empresa em recuperação judicial, "...sob a ótica constitucional.." (fl. 2.577), deve observar o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, não podendo ocorrer sem prévia oitiva dos seus ocupantes, do Ministério Público e dos credores, não sendo suficiente mero requerimento encaminhado pelo administrador judicial, que não indica quais informações ou documentos foram negados.

Para finalizar, argumenta que "...não há indícios razoáveis quanto à prática de condutas a ensejar e destituição de plano dos sócios administradores ..." (fls. 2.571 e 2.574).

Não foram apresentadas contrarrazões (cf. certidão de fl. 2.640).

A admissibilidade negativa deveu-se à impossibilidade de discussão de matéria constitucional, ausência de negativa de jurisdição com o julgamento dos embargos de declaração e falta de comprovação da negativa de vigência dos dispositivos legais arrolados.

A peça de fls. 2.797/2.814 impugna satisfatoriamente esses fundamentos, razão por que considero superado o limite do conhecimento.

Assim resumida a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105, de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Ainda em preliminar, necessário salientar que a via especial não é a sede própria para a discussão de matéria de índole constitucional, sob pena de usurpação da competência exclusiva do STF.

Com efeito, a assertiva de violação da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal está calcada nas razões de cunho exclusivamente constitucional. O CPC anterior, nos arts. 213 e 234, não trata da necessidade de intimação, apenas define os atos processuais da citação e da intimação.

Além disso, quanto à alegada violação aos arts. 165, 458 e 535 do CPC revogado, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas fundamentadamente todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido, o que afasta a

invocada declaração de nulidade.

De fato, não há falar em deficiência na prestação jurisdicional, uma vez que a Corte de origem enfrentou com suficiência e clareza as questões que mereciam apreciação.

Conforme tem decidido o STJ, não se exige que o julgador, para expressar os motivos que lhe formaram o convencimento e demonstrar o raciocínio lógico trilhado para chegar à conclusão acerca das questões de fato e de direito, analise todos os argumentos apresentados pelas partes.

É preciso ter presente que a oposição de embargos de declaração perante o tribunal de segundo grau, juntamente com a alegação de negativa de prestação jurisdicional no recurso especial, não necessariamente levam à anulação do acórdão lavrado no julgamento de tais embargos (com a consequente devolução dos autos à origem para rejuízo), nem tornam certa a conclusão, na Corte superior, de que a questão esteja prequestionada. O ponto central em torno da possível ocorrência de defeito na prestação jurisdicional consiste em verificar se a omissão, contradição ou obscuridade apontada nos embargos dizem respeito a questões necessárias para a solução da causa. Se o tribunal de origem apresenta fundamentação suficiente para a completa prestação jurisdicional, não está, de fato, obrigado a se manifestar sobre questões paralelas que não viriam a interferir, sequer reflexamente, no seu entendimento.

A existência de decisão em sentido contrário ao almejado pela parte, ou mesmo omissa em relação a pontos considerados irrelevantes, não dá ensejo à declaração de nulidade.

Ademais, o julgador não está obrigado a decidir a lide a partir das normas que a parte entende aplicáveis ao caso. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC – AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTIGOS TIDOS POR VIOLADOS – SÚMULA 211 DO STJ – TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO – FÉRIAS E RESPECTIVOS ADICIONAIS – FUNDAMENTO CENTRAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADO – SÚMULA 283/STF.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida.
2. Descumprido o necessário e indispensável exame dos artigos tidos

por violados pelo acórdão recorrido, apto a viabilizar a pretensão recursal da recorrente, a despeito da oposição dos embargos de declaração. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Não configura contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, pois a tal não está obrigado. Nesse sentido: EDcl no REsp 463380, Rel. Min. José Delgado, DJ 13.6.2005.

(...)

Agravo regimental improvido.

(Segunda Turma, AgRg no REsp 1.137.776/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 23.10.2009)

Quanto à destituição dos administradores, a matéria exige o reexame dos elementos fáticos da demanda, que não podem ser revistos nesta instância. É o que se depreende da análise promovida pela Corte estadual a esse respeito, em que consideradas graves as condutas (fls. 2.534/2.535):

A destituição do recorrente restou justificada.

Em que pese a pleora de papéis juntados com a minuta recursal (a grande maioria absolutamente desnecessários para a compreensão da matéria questionada, formando agora treze volumes), o que se tem de essencial e certo é que o afastamento dos administradores foi justificado com extrema propriedade na decisão agravada, que demonstra, uma vez mais, o cuidado e a firmeza do Juiz Paulo Roberto Zaidan Maluf na condução do processo.

Apontou, o magistrado, o desatendimento ou negativa (muitas vezes sabidamente disfarçada de demora) na prestação das informações solicitadas pelo administrador judicial ou previstas no plano, de modo a dificultar o exercício do efetivo poder de fiscalização tanto do administrador como do comitê de gestores e para a redução das atividades empresariais das recuperandas.

Diante disso e do clima de desarmonia aparentemente instalado no seio das empresas, não vejo como adequada aos rumos da recuperação a recondução do agravante à administração do Grupo Arantes.

Observe-se que o provisório afastamento do sócio Aderbal Luiz Arantes Junior (fls. 2301/2302) para acompanhar a gestão foi por

mim determinado levando em consideração a situação existente naquele momento, circunstância que - este sim - restou ultrapassada com a ulterior realização da assembléia, que elegeu o comitê gestor.

Desqualificar a gravidade para relevar as atitudes perpetradas, mantendo o recorrente na administração da empresa, exige o reexame dos mesmos fatos e elementos de convicção, para deles extrair conclusão diversa da assumida pela instância revisora, ao que não se presta o recurso especial.

Por fim, aplicável a Súmula 283/STF quanto ao fundamento introduzido no julgamento dos embargos de declaração, relativo à prejudicialidade ao recurso, causada pela eleição de um dos administradores destituídos pela assembleia geral de credores para compor o Comitê Gestor, argumento do voto minoritário que foi adotado pelo relator, estendendo os efeitos do sufrágio ao pleito do recorrente, *in verbis* (fl. 2.561):

Ainda que assim não se entendesse, na declaração de voto do Exmo. Des. Romeu Ricupero observou-se, com a habitual proficiência, que "a decisão soberana da AGC convalidou qualquer anterior irregularidade e os credores, por maioria consagradora, elegeram novo Comitê Gestor" (fl. 2531).

A motivação, por si só, ainda que acatadas as razões do recurso especial, pode sustentar o não provimento do recurso.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora